



**Do muito que se fala, do pouco que se ouve:
tragédias previstas, resistências não lidas.**

Dora Vargas

Muitas têm sido as oportunidades para refletirmos sobre os contextos trágicos dos desastres. Parece-nos que eles nunca foram tantos e tão degradantes como os que temos visto na mídia semanalmente. A tragédia que marcou a cidade do Rio de Janeiro e entorno no último mês de abril foi motivo de grande comoção e assombro e nos revelou uma das facetas marcantes e constituintes desses cenários: as histórias sabidas por muitos e o recorrente abandono, traduzido pela mais profunda omissão dos agentes públicos responsáveis pela promoção da proteção social no nosso país.

Muito se diz nesses momentos. Nessa reflexão em particular não nos deteremos na gama de declarações das autoridades e políticos que se colocam diante das câmeras “surpresos” ou “estarcidos” frente à constatação de que muitas vidas foram perdidas e de que algumas iniciativas urgentes deverão ser gestadas pra gerar aparente resposta à sociedade comovida com os fatos¹. Isso é recorrente a cada vez que um novo evento se dá. Poderíamos elencar inúmeros exemplos esboçados nas declarações, diagnósticos e intenções de compromisso por parte desses atores reavivando, por exemplo, Santa Catarina (novembro/2008), Angra dos Reis (janeiro/2010), entre outros. É interessante também mencionar os diversos posicionamentos dos especialistas.

Mas “o muito que se fala” quer aqui representar outros discursos: aqueles por vezes velados, que traduzem as vidas fixadas nesses territórios ao longo de suas ocupações, as trajetórias incontáveis que revelam pra muito além da tragédia, as experiências “dos muitos que não são ouvidos” em seus apelos por cidadania e reconhecimento de seus direitos sociais. Comumente, se atribui aos grupos sociais moradores das chamadas “áreas de risco” a responsabilidade pelas tragédias que os afetam, considerando que as mesmas seriam decorrentes de “opções de consumo” inconseqüentes, da ausência de um saber e do não investimento em seu capital humano (VARGAS, 2006). Mas o que dizem esses sujeitos sociais através de suas falas nem sempre organizadas, dos seus discursos velados e de suas resistências difusas e mal interpretadas - quase sempre desqualificadas em razão dos formatos que assumem? Que construções sociais vão sendo elaboradas a partir da dinâmica histórica de abandono desses grupos sociais pelo

¹ É importante permanecermos atentos às reais iniciativas geradas na etapa pós-desastre (ou pós protagonismo midiático).

Estado? Que alternativas de enfrentamento à falta de proteção - que se traduz, inclusive, na habitação frágil firmada em território precário – vão sendo gestadas? Do muito que está sendo dito, o que não está sendo ouvido?

Para o aposentado Norival dos Santos, que comprou uma casa há 12 anos naquele que parecia um lugar seguro, o destino é incerto. ‘A vida da gente agora é pedir a Deus que dê um abrigo para cada um de nós. Até agora não deram ajuda nenhuma para sairmos daqui. Estamos sem luz, não temos comunicação com nada, não tenho visto televisão, nem escutado rádio’, contou Norival, que investiu todas suas economias na pequena casa, que agora ameaça desabar na cratera que se formou com a avalanche (Bombeiros confirmam 223 mortes do RJ; 140 corpos foram resgatados em Niterói. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/10/bombeiros-confirmam-223-mortes-do-rj-140-corpos-foram-resgatados-em-niteroi.jhtm>. Acesso em 10 de abril de 2010).

Os desastres revelam, entre outros fatores, um embate existente entre a versão técnica do risco e sua construção social pela população. Talvez pudéssemos afirmar que, a primeira seria melhor compreendida se fosse percebida como um compromisso do poder público e de seus agentes com esses grupos sociais, simbolizando uma real vinculação traduzida por intervenções qualitativas de natureza, inclusive, preventiva, de forma a minimizar riscos e evitar o sofrimento social. Porém, não é assim que as intervenções das instituições de proteção social têm se dado. Investigação desenvolvida por Vargas (2006) traz o registro dos posicionamentos assumidos pela população frente ao descaso do poder público:

Nessa perspectiva das ações mínimas e desresponsabilização cada vez maior por parte do Estado, gestam-se dois posicionamentos por parte da população frente às ações públicas: uma que diz respeito à compreensão da omissão do ente público como permissão/benefício – a ocupação de áreas restantes, sem infra-estrutura, tolerância que tem como fundamento o clientelismo (“favor” em troca de apoio político); a outra, que revela uma desconfiança com relação às ações desse Estado, nem sempre claras e efetivas, e na maior parte das vezes, insuficientes – paliativas, precárias, inacabadas ou mesmo apenas “prometidas” e nunca realizadas (p.102).

Apesar de hoje já existirem programas do governo federal difundidos pelo Ministério das Cidades, que estimulam os municípios a produzirem seus mapeamentos de risco (e já são muitos os que realizaram tal tarefa, conforme nos mostra o próprio site do referido ministério), em grande parte dos casos, esses diagnósticos não se convertem em intervenções efetivas de redução e minimização de riscos, como nos revela o caso do município de Niterói/RJ:

A prefeitura de Niterói (RJ) não colocou em prática um plano de prevenção de riscos elaborado por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), com financiamento do Ministério das Cidades e da própria prefeitura. Finalizado em 2007, o plano custou R\$ 120 mil e previa ações em vários pontos suscetíveis à ocorrência de desastres causados pela ação do tempo (...).Um dos coordenadores do plano de prevenção de riscos foi professor do departamento de Engenharia Civil da UFF, Elson Nascimento, especialista na área de recursos hídricos. Segundo ele, o plano foi elaborado após mais de dois anos de estudos e pesquisas de campo. ‘Éramos uma equipe grande, percorremos várias áreas da cidade. Levantamos 142 pontos de risco, onde deveriam ser realizadas ações estruturais, como obras de contenção de encostas, e ações não-estruturais, como o apoio às comunidades e a retirada de famílias de áreas de risco. Eu não responsabilizaria só a prefeitura de Niterói. Está na cultura da gestão pública só se preocupar com a questão das encostas no momento dos sinistros, mas isso precisa ser tratado quando a terra está seca. As medidas preventivas é que precisam ser tomadas’,

afirma Nascimento (Cidade mais afetada pelas chuvas, Niterói (RJ) não implementou plano antidesastre. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/09/niteroi-rj-nao-implementa-plano-contradesastres-financiado-pelo-ministerio-das-cidades.jhtm>. Acesso em 09 de abril de 2010).

Ainda que exista uma carência de trabalhos teóricos sobre essa natureza de conflito urbano no país – alguns autores² trabalham com a idéia de que os sujeitos se mostram portadores de estratégias particulares de enfrentamento do risco e da pobreza (desposseção) construindo noções e práticas dentro de um universo próprio que poderiam ser pontuadas através de alguns elementos como:

. a idéia de valorização de um patrimônio construído que se confronta e “supera” a noção técnica de risco - patrimônio este que, apesar de na maior parte das vezes se confrontar com os padrões técnico-construtivos recomendados como seguros, torna-se uma opção legítima frente à total falta de opção;

.a insistência na permanência ou retorno e reconstrução em “territórios condenados”, apontando para a importância de “um lugar seu” e conformando a luta por pertencimento e vinculação, frente à desposseção vivenciada, inclusive a desposseção espacial. Configura-se a noção de um “lugar identitário”, onde se associam às condições objetivas de vida, aspectos subjetivos que extrapolam o espaço físico e compreendem uma posição, sob o ponto de vista relacional;

.a recorrente busca por alternativas individualizadas de minimização dos danos. Considerando o argumento de Hirschman (1996), os recursos de “saída ou da voz” (na realidade em questão representariam a venda dos seus imóveis e saída em busca de lugares mais seguros ou mesmo a elevação de suas vozes em protesto frente ao Estado na busca de serem atendidos em suas reivindicações) não se mostram usuais para as camadas populares, visto que os mesmos tendem a representar custos elevados e com baixa expectativa de retorno positivo – haja vista a experiência de organização dos desabrigados de Santa Catarina (2008).³

.a constatação de que, frente a outras formas de violência e exclusão – como, por exemplo, a humilhação de ser despejado por atraso do aluguel, experiência recorrente em contextos de ausência ou instabilidade de renda - o risco ambiental se mostra secundário, contornável e passível de convivência.

Os moradores não sabem para onde ir. Sem ajuda do Poder Público, tentam carregar nas costas o pouco que lhes restou. Roupas, móveis e eletrodomésticos ficam do lado de fora, cobertos por plásticos, para evitar que a chuva estrague tudo. (Vítimas da chuva têm casas interditadas, mas não recebem ajuda para mudança. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/10/vitimas-da-chuva-tem-casas-interditadas-mas-nao-recebem-ajuda-para-mudanca.jhtm>. Acesso em 10/04/2010).

Um decreto do prefeito do Rio, Eduardo Paes, publicado ontem (8), está gerando polêmica e provocando manifestações contrárias. Para legalizar a retirada de moradores de áreas de risco, o decreto permite o uso da força e a participação da polícia para remover quem se recusar a sair de áreas ameaçadas. ‘Esse é um caso de polícia? Estamos certos de que não’, diz nota oficial da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa. ‘Não queremos a visita do prefeito lamentando as mortes. Queremos a ação imediata e efetiva dos órgãos públicos competentes para evitar novos desastres’, diz a nota (Decreto do prefeito Eduardo Paes provoca reação no Rio. Disponível em:

² Cito Acselrad (2002, 2004, 2007), Cardoso (2006), Carneiro (2006), Fontes (1998), Valencio (2008), Vargas (2006).

³ Ver "SOS Comunidade Vale do Itajaí: monitoramento e organização comunitária em desastres" em www.abong.org.br, www.forumsulabong.com.br e www.centrodireitoshumanos.org.br

<http://www.jm1.com.br/2010/04/decreto-do-prefeito-eduardo-paes-provoca-reacao-no-rio/>. Acesso em 09 de abril de 2010).

Esta não é uma defesa romantizada ou idealista das condições precárias das moradias de risco. Intencionamos realçar, na verdade, os muitos atores e elementos componentes desse cenário - principalmente as falas cheias de sentido e quase nunca consideradas para além dos momentos de comoção, daqueles que são obrigados a adotar diversas estratégias de sobrevivência e luta frente ao não acesso a condições dignas de vida e moradia.

“Eu virei um sem-teto. Olha o que eu tenho”, disse o auxiliar de serviços gerais Hamilton Soares Mendes, mostrando duas sacolas que conseguiu salvar, com os documentos e poucas roupas (Defesa Civil calcula que 600 famílias precisarão ser realocadas em Niterói. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/09/defesa-civil-calcula-que-600-familias-precisarao-ser-realocadas-em-niteroi.jhtm>. Acesso em 09 de abril de 2010). O vendedor Carlos Eduardo Moreira, 24, permanece desolado, no local, à espera de um milagre. “Estão falando em 40, 60 casas, mas e as pessoas? Tem com certeza mais de 60 pessoas soterradas lá. A família inteira do meu vizinho foi embora junto com a lama. Só na casa dele tinha sete pessoas” (Mortos passam de 160 em razão das chuvas no Rio; mais de 14 mil estão fora de casa. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/08/mortos-passam-de-160-em-razao-das-chuvas-no-rio.jhtm>. Acesso em 09 de abril de 2010).

Do muito que se fala, há muito que aprender a ouvir.

Apoio bibliográfico:

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e construção social do risco. In: desenvolvimento e Meio Ambiente, nº5, p.49-60, jan/jun 2002. Editora UFPR.

_____ (org) Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:Relume Dumará:FASE, 2004.

_____ O Movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental.XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2007. Recife.

CARDOSO, Adauto Lucio. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, 2006.Ano XX, n.1, p.27-48.

CARNEIRO, E. J. . Conflitos ambientais e construção de um território urbano:o caso do bairro São Dimas (São João del-Rei-MG). In: III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006, Brasília -DF. Anais do III Encontro da ANPPAS, 2006.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior.Assentamentos Populares Urbanos e Meio Ambiente. Rio de Janeiro.Dados Revista de Ciências Sociais - vol. 41, n° 1, 1998.

HIRSCHMAN, Albert O. Autosubversão: teorias consagradas em cheque. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

VALENCIO, Norma Felicidade L. da S. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. São Carlos: UFSCar, 2008. 27p. Mimeografado.

VARGAS, Maria A. R. Construção social da moradia de risco: trajetórias de desposseção e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.